

Conhecimentos tradicionais e territorialidades dos pescadores artesanais no contexto dos empreendimentos hidroelétricos na fronteira da Amazônia amapaense

Traditional knowledge and territorialities of artisanal fishermen in the context of hydroelectric developments in the frontier amapaense Amazon

Conocimientos tradicionales y territorialidades de los pescadores artesanales en el contexto de los emprendimientos hidroeléctricos en la frontera de la Amazonía amapaense

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho

Doutora e Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pesquisadora do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA).
vickamarinho@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0592-1410>

Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA) e Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA).
cnsgeo@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0001-7753-5394>

Adria de Melo Rosa

Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA).
adriamelorosa@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0550-4393>

Recebido: 20/02/2024; Aceito: 25/03/2024; Publicado: 18/12/2024.

RESUMO

Os pescadores artesanais da Amazônia brasileira enfrentam diversos problemas socioeconômicos, ambientais e culturais no contexto atual, oriundos do avanço da hidroeletricidade sobre os rios da região. Na fronteira da Amazônia amapaense, tal realidade pode ser mais bem entendida, a partir dos pescadores residentes nos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande, os quais realizam a pesca no Médio Araguari, em que o desenvolvimento de suas práticas é pautado por um conjunto diverso de conhecimentos tradicionais, que atualmente vem passando por sérias perturbações, relacionadas, entre outros fatores, ao comprometimento das territorialidades pesqueiras destes sujeitos. Assim, o interesse desta pesquisa é pelos conhecimentos tradicionais e, por conseguinte, pelas territorialidades da pesca desenvolvida por pescadores destes municípios, na conjuntura atual. Para tanto, procedeu-se à coleta de dados, através de observações *in loco*, de registros fotográficos, de entrevistas e de pesquisa bibliográfica. Os resultados ressaltam a importância dos conhecimentos e dos saberes tradicionais e as graves implicações da presença das hidroelétricas sobre a pesca e sobre as territorialidades dos pescadores no Médio Araguari, no Estado do Amapá.

Palavras-chave: Fronteira; Conhecimentos Tradicionais; Hidroelétricas; Territorialidades.

ABSTRACT

Artisanal fishermen in the Brazilian Amazon face various socio-economic, environmental and cultural problems in the current context, arising from the advance of hydroelectricity on the region's rivers. On the frontier of the Amapá Amazon, this reality can be better understood from the perspective of the fishermen living in the municipalities of Ferreira Gomes and Porto Grande, who fish in the Médio Araguari, where the development of their practices is guided by a diverse set of traditional knowledge, which is currently undergoing serious disturbances, related, among other factors, to the compromising of their fishing territoriality. This research is therefore interested in traditional knowledge and, consequently, in the fishing territorialities developed by fishermen in these municipalities at the present time. To this end, data was collected through on-site observations, photographic records, interviews and bibliographical research. The results highlight the importance of traditional knowledge and know-how and the serious implications of the presence of hydroelectric dams on both fishing and territoriality of fishermen in the Médio Araguari, in the State of Amapá.

Keywords: Frontier; Traditional Knowledge; Hydroelectric Plants; Territorialities.

RESUMEN

Los pescadores artesanales de la Amazonia brasileña enfrentan diversos problemas socioeconómicos, ambientales y culturales en el contexto actual, derivados del avance de la hidroelectricidad en los ríos de la región. En la frontera de la Amazonía Amapaense, esta realidad puede entenderse mejor desde la perspectiva de los pescadores que viven en los municipios de Ferreira Gomes y Porto Grande, que pescan en el Médio Araguari, donde el desarrollo de sus prácticas está guiado por un conjunto diverso de conocimientos tradicionales, que actualmente sufre graves alteraciones, relacionadas, entre otros factores, con la puesta en peligro de su territorialidad pesquera. Esta investigación se interesa, por tanto, por los conocimientos tradicionales y, en consecuencia, por las territorialidades pesqueras desarrolladas por los pescadores de estos municipios en la actualidad. Para ello, se recogieron datos mediante observaciones in situ, registros fotográficos, entrevistas e investigación bibliográfica. Los resultados destacan la importancia de los conocimientos y saberes tradicionales y las graves implicaciones de la presencia de represas hidroeléctricas en la pesca y en la territorialidad de los pescadores del Médio Araguari, en el Estado de Amapá.

Palabras clave: Frontera; Conocimiento Tradicional; Centrales Hidroeléctricas; Territorialidades.

Introdução

Os estudos acerca da pesca artesanal e da construção de territorialidades pesqueiras, pelos sujeitos que participam da atividade, vêm se mostrando campos de discussão profícuos na ciência geográfica, afirmativa que pode ser evidenciada pela extensa literatura produzida por diversos autores, especialmente nas últimas décadas, dos quais se pode destacar os trabalhos de Begossi (2004), Cardoso (2001, 2019), De Paula (2018) e de Silva (2006, 2007, 2019).

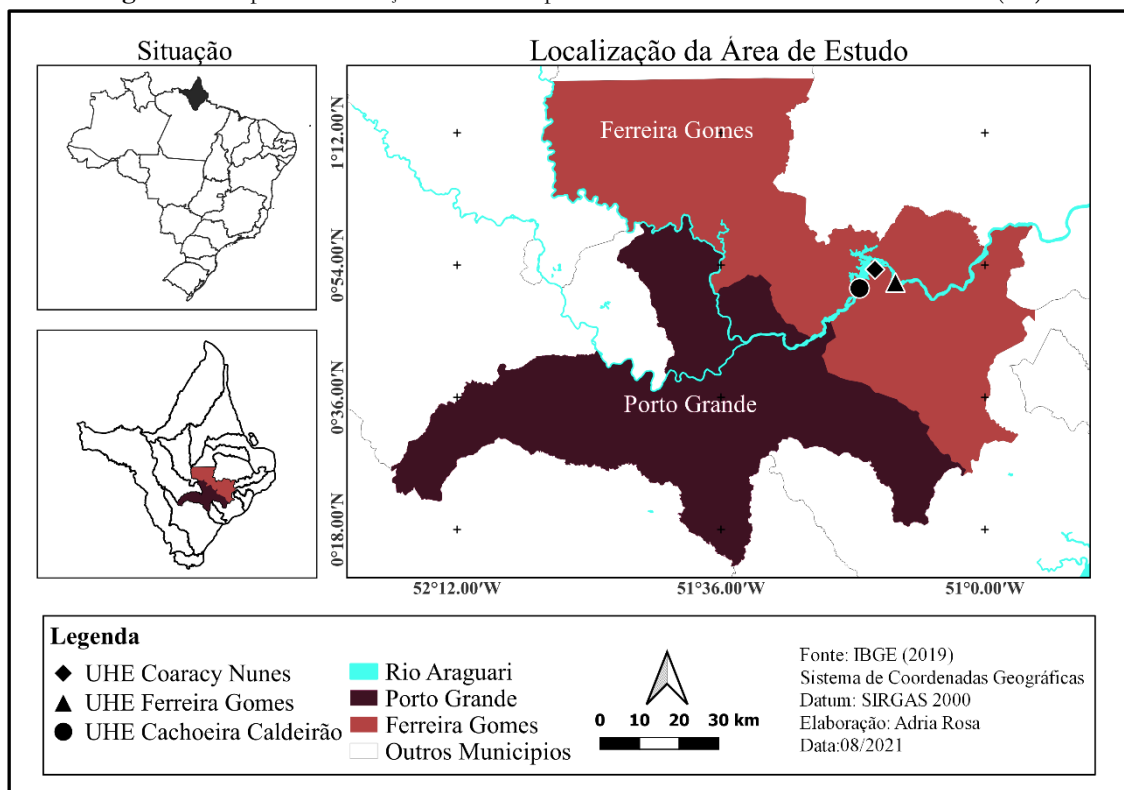
As análises da pesca artesanal e das territorialidades pesqueiras englobam, entre outros aspectos, o vasto conhecimento tradicional, pautado em saberes produzidos ao

longo dos séculos e transmitidos entre as gerações, tanto através dos apetrechos utilizados pelos pescadores quanto em relação à identificação e à construção de territórios de pesca.

Contudo, por mais que se evidencie a relevância da atividade para os diversos grupos de pescadores residentes nas distintas regiões brasileiras, como a Amazônia amapaense, verifica-se avanços cada vez maiores de outras atividades produtivas sobre a pesca artesanal, a exemplo da implantação de empreendimentos hidroelétricos, que trazem sérias implicações ao ambiente e, por conseguinte, às atividades e aos modos de vida que se encontram em suas áreas adjacentes.

Destarte, esse artigo tem, como objetivo principal, a partir das condições dos pescadores artesanais de Ferreira Gomes e de Porto Grande, discutir a importância dos conhecimentos tradicionais e das territorialidades pesqueiras existentes no contexto dos empreendimentos hidroelétricos no rio Araguari, no Amapá. Todavia, por constituir um rio que atravessa os municípios de Amapá, de Calçoene, de Cutias do Araguari, de Ferreira Gomes, de Pedra Branca do Amapá, de Porto Grande, de Tartarugalzinho, de Pracuúba e de Serra do Navio (IBGE, 2010), salienta-se, aqui, a situação dos pescadores circunscritos a Ferreira Gomes e a Porto Grande, como consta na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande (AP)



Fonte: Rosa (2021).

Embora pratiquem a pesca em todo o rio Araguari, os pescadores destes municípios têm suas atividades concentradas especialmente na porção média do curso,

possibilitando o fornecimento de informações riquíssimas sobre a dinâmica territorial que permeiam as pescarias na região. A definição do referido recorte espacial se justifica pelo fato de que as municipalidades em relevo se encontram na Área de Influência Direta (AID) das hidroelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, empreendimentos de fundações recentes no Médio Araguari (2011 e 2013, respectivamente).

Além destas obras, existe a hidroelétrica Coaracy Nunes — conhecida localmente como Paredão —, erguida em 1978, que, em conjunto com aquelas hidroelétricas, trouxe alterações à dinâmica natural do rio e, conseqüentemente, às territorialidades e aos modos de vida dos pescadores habitantes locais. Visando a obtenção de dados que explicitem as implicações de tais empreendimentos sobre a pesca e sobre as territorialidades dos pescadores artesanais locais, foram realizadas diversas incursões a campo entre 2017 e 2022, particularmente nos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande.

Partindo deste pressuposto, o presente estudo possui uma abordagem qualitativa, com informações primárias obtidas em entrevistas abertas, junto a pescadores(as) de Ferreira Gomes e de Porto Grande. Assim, mirando ter um entendimento mais aprofundado sobre a situação atual das territorialidades pesqueiras no Médio Araguari, optou-se por considerar, nesse trabalho, as entrevistas realizadas apenas com pescadores(as) com mais de uma década de dedicação à atividade e que, portanto, conhecem o Araguari e as territorialidades ali existentes, antes e depois da chegada das hidroelétricas ao rio. Além das entrevistas, realizaram-se observações *in loco* e registros fotográficos nos municípios em questão. As informações secundárias são oriundas principalmente de pesquisas documental e em materiais bibliográficos disponíveis na *Internet*, além dos constantes de acervos pessoais das autoras e do autor.

A partir da sistematização dos dados obtidos, tornou-se possível traçar entendimentos a respeito dos conhecimentos tradicionais da pesca artesanal desenvolvida pelos pescadores de Ferreira Gomes e de Porto Grande, bem como das suas territorialidades, e das disputas por território entre os diversos sujeitos presentes no Médio Araguari.

Diante da compreensão de que os saberes dos(as) pescadores(as) estudados(as) se encontram entrelaçados a um contexto mais amplo, o qual remete ao período pré-colonial, far-se-á, a seguir, algumas considerações acerca dos conhecimentos tradicionais, que permeiam a pesca artesanal da região, entendendo que muito dos apetrechos utilizados atualmente no Araguari e no demais rios da Amazônia brasileira apresentam incontáveis similaridades com apetrechos empregados no passado.

Conhecimentos tradicionais e apetrechos da pesca artesanal na fronteira da Amazônia amapaense

Para a elaboração deste texto, em que procuramos abordar a temática da territorialidade pesqueira, pescadores artesanais, e grandes projetos na bacia do médio rio Araguari (Amapá), tendo como ênfase a sua localização enquanto fronteira amazônica. Para isso, é essencial integrar os conceitos de fronteira discutidos por Becker (2004) e José de Souza Martins (2009), considerando a complexidade geopolítica e socioambiental da Amazônia.

Nesse sentido, para Becker (2004), a região amazônica é vista como uma região de fronteiras fluidas, dinâmicas e complexas, onde a noção de fronteira vai além de limites territoriais, englobando aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Esta perspectiva é crucial para entender a dinâmica da territorialidade pesqueira na bacia do rio Araguari, onde os pescadores artesanais enfrentam a pressão de grandes projetos, especialmente hidrelétricos, que transformam o ambiente e afetam suas práticas tradicionais de subsistência.

A análise de José de Souza Martins (2009), por sua vez, contribui para a discussão ao analisar as fronteiras como espaços de conflito e negociação, onde diferentes visões de mundo e interesses se encontram e se confrontam. No contexto do Amapá, a fronteira amazônica é um *locus* de tensão entre o desenvolvimento sustentável e a preservação de modos de vida tradicionais dos pescadores artesanais.

Integrando essas visões, nosso intento é de explorar como a construção de grandes projetos na bacia do rio Araguari exemplifica as complexidades das fronteiras amazônicas, destacando a importância de abordagens que reconheçam e valorizem as territorialidades pesqueiras locais. Isso implica reconhecer os saberes tradicionais dos pescadores artesanais e garantir sua participação nos processos decisórios, buscando equilibrar desenvolvimento e conservação em uma das mais importantes fronteiras ambientais do planeta.

Ao destacar essa abordagem, é imperioso entender que a pesca artesanal constitui uma atividade extrativa praticada nos mais distintos ambientes aquáticos, desde o período pré-colonial (Veríssimo, 1983), apresentando fundamental importância na Amazônia, tanto como alternativa de geração de renda aos pescadores que habitam suas localidades quanto como estratégia de obtenção de alimentos para os grupos familiares destes sujeitos, como se vê ainda na atualidade, destacando essa região desde o período colonial como região de fronteira, fornecedora de matéria prima e alimentos para as grandes cidades, como discutidos pelos autores que embasam aqui esta discussão de fronteira.

Assim, do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que tal atividade vem se reproduzindo, através de complexas relações entre sociedade e natureza, mediadas por conhecimentos práticos cotidianamente produzidos e aprimorados, muitas vezes repassados de geração em geração.

A exploração dos recursos pesqueiros é antiga, tendo uma importância não somente econômica, mas cultural e simbólica. Alguns grupos humanos foram tão dependentes da pesca que pode-se dizer que foram produzidos material e simbolicamente por essa atividade. Já em 4.700 antes de Cristo havia, nos templos sumérios, listas de embarcações, apetrechos de pesca e das quantidades de peixes capturados [...] (Diegues, 2004, p. 7).

Na citação, evidencia-se a relevância da pesca para as sociedades antigas e atuais, posto que se encontra no cerne da formação de diversos grupos, direta ou indiretamente dependentes de recursos pesqueiros, seja como fonte de alimento, seja como moeda de troca. Ainda segundo o autor, sociedades inteiras se reproduziram exclusivamente pela pesca, legando valores social e cultural à atividade, pautada em práticas e em conhecimentos tradicionais.

No que concerne à região amazônica, tais relevâncias social e cultural englobam, além de pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, seringueiros, ribeirinhos, entre outros, representando, como mencionado, uma das principais fontes de alimentos também na atualidade, sobretudo para as populações ribeirinhas, mais distantes das sedes municipais, as quais retiram parte considerável de sua alimentação do rio, característica que vem se perpetuando na região, ao longo dos séculos.

Ao abordar a pesca artesanal na Amazônia brasileira no Período Colonial, Veríssimo (1985) afirma que a existência de uma complexa rede de canais fluviais, representados por numerosos rios, furos, igarapés e lagos, atuou como facilitador para a sobrevivência de povos indígenas. Através destes cursos de água, quando necessário, essas populações adentravam na floresta densa, em busca de vegetais preciosos, como a copaíba (*Copaifera langsdorffii*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e, mais tarde, a seringa (*Hevea brasiliensis*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*).

Conforme o autor, os numerosos veios de água foram utilizados como alternativa de deslocamento e como meio de obtenção de alimentos, pelos ameríndios e pelos demais grupos sociais que aqui se estabeleceram, dada a piscosidade das águas amazônicas. Posteriormente, os viajantes, que compunham expedições de exploração de vegetais no interior da floresta, a exemplo dos colonizadores europeus, sobretudo os portugueses, serviram-se das mesmas fontes de recursos.

Ainda segundo Veríssimo (1985), a abundância de peixes colaborou para que os indígenas fossem hábeis comedores e pescadores, características amplamente exploradas pelos colonizadores europeus, igualmente, dado que, após a chegada destes exploradores, o peixe se tornou o mantimento e o alimento principais nas empreitadas às florestas. Embora se verifiquem outros alimentos na dieta alimentar e diferentes meios de obtenção de suprimentos, como a caça, esses são menos representativos, quando comparados à pesca.

Batista *et al.* (2004) relatam que os apetrechos confeccionados com matérias-primas extraídas da floresta desempenharam importante papel no desenvolvimento da pesca na Amazônia brasileira. Entre as matérias-primas que mais se destacaram, os autores citam os usos de fibras de embaúba (*Cecropia* spp.) e de algodão e de folhas de palmeira-do-tucumã (*Astrocaryum* spp.) na confecção de redes de pesca, embora estas fossem raras no período.

Os conhecimentos indígenas acerca da captura e da conservação do pescado se mostraram de grandes importâncias no reconhecimento e no adentramento da Amazônia. Furtado (1981) relata que técnicas secularmente utilizadas por grupos indígenas nas pescarias, como a tapagem de rio, o uso de pequenas redes — denominadas puças —, os empregos de arpões e de anzóis, confeccionados a partir de ossos de animais, etc., foram largamente aproveitadas pelos colonizadores. Além disso, verifica-se as aplicações de flecha ou fisga e de pari — notadamente, nas tapagens de saídas de lagos — na pesca de peixes de grande porte (Veríssimo, 1985).

Sena (2006), em consonância com Furtado (1981), destaca que os conhecimentos indígenas sobre pescarias compreendiam saberes acerca da localização de ambientes suscetíveis à pesca e do uso de técnicas de captura, que abrangessem tais apetrechos de pesca, como mencionado. Entre os materiais de captura, Veríssimo (1985) descreve, com riqueza de detalhes, o arpão utilizado nas pescarias em rios amazônicos, muito empregado na captura do pirarucu (*Arapaima gigas*), entre outros peixes.

Por sua vez, os anzóis, especialmente aqueles utilizados no apanho de peixes grandes, quando estendidos, apresentavam cerca de dez centímetros, sendo iscados preferencialmente com peixes vivos, como o jeju e o tamuatá (Veríssimo, 1985). Característica semelhante foi relatada por Marinho (2023), em pesquisa com pescadores da Amazônia amapaense.

Segundo a autora, embora os esforços pesqueiros não visem a extração do pirarucu no rio Araguari, mas de outros peixes, como, por exemplo, o trairão (*Macrodon trahira*), a técnica empregada se assemelha à encontrada nas descrições de Veríssimo.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a utilização de materiais metálicos ainda era escassa, sendo mais comum o uso, pelas tribos indígenas, de materiais adaptados de

ossos e de dentes de animais, que compunham os arpões empregados em pescarias de rios, de poços ou de lagos rasos (Veríssimo, 1985).

O espinhel era outro apetrecho empregado pelas tribos indígenas na obtenção de alimentos, conforme Veríssimo (1985), que destaca que os habitantes locais aproveitavam cordas compridas, capazes de atravessar de uma margem do rio à outra, ou de um ponto A a um ponto B, que eventualmente contivesse outras linhas amarradas, de comprimento inferior e/ou com anzóis devidamente iscados.

Diferentemente dos implementos citados, Furtado (1981) ressalta que a tarrafa e a rede de arrasto foram introduzidas pelos colonizadores europeus. Esses apetrechos representaram, naquele momento, dois dos instrumentos trazidos pelo colonizador — conforme os conhecimentos atuais —, considerando a gama de petrechos conhecidos e amplamente empregues pelos indígenas, em seus distintos modos.

Destarte, pode-se afirmar que a influência inicial é “[...] mínima e quase se resume na transformação das pontas ou bicos de suas armas de pesca primitivamente de osso, de dentes de animais, de taquara aguçadas em pontas de ferro ao modo das usadas nas pescarias europeias” (Veríssimo, 1985, p. 101), pois os indígenas praticavam a pesca de subsistência, utilizando técnicas primitivas, adaptadas à disponibilidade de matérias-primas.

De acordo com os autores consultados, após a chegada do colonizador europeu, observa-se a introdução de alguns elementos, que mudaram os apetrechos e as técnicas utilizadas pelos povos ameríndios, principalmente a partir da introdução do metal, que, como destacado neste tópico, passou a ser usado na confecção de anzóis e de materiais perfurantes, tais como o arpão. Por outro lado, é possível constatar o emprego de saberes, em relação à localização de pesqueiros, possibilitando que as pescarias fossem guiadas por conhecimentos construídos no cotidiano dos povos locais, isto é, que não ocorressem de modo aleatório.

Portanto, a pesca representa uma atividade tradicional, em que alguns dos apetrechos empregados no contexto atual (arpão, anzol, rede de pesca, rede de arrasto, tarrafa, espinhel, pari, puçá, etc.) e nas diferentes regiões brasileiras foram usados por tribos indígenas em período anterior ao da colonização brasileira, contribuindo para a subsistência dos mais distintos grupos sociais, ao longo dos séculos.

A partir do disposto, a seguir, dar-se-á ênfase aos pescadores artesanais da Amazônia amapaense, mais especificamente aos que praticam suas atividades no Médio Araguari, tanto os que habitam as margens do rio e os seus lagos artificiais quanto aqueles que se encontram dispersos nas sedes municipais locais, especialmente dos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande.

Saberes na pesca artesanal: o “saber fazer” dos pescadores do Médio Araguaí antes das hidroelétricas

De modo geral, a atividade pesqueira, quando realizada de forma artesanal, apresenta características similares: utilização de mãos de obra familiar e de conhecidos; ausência de instrumentos sofisticados na captura pesqueira; utilização de implementos confeccionados com materiais técnicos pouco sofisticados; e embarcações de pequeno e de médio portes — com baixa adesão de barcos bem equipados (Cardoso, 2001; Marinho, 2018; Silva, 2006). Além disso, a atividade é considerada de menor poder de predação sobre os recursos pesqueiros, especialmente quando comparada às pescarias de grande porte, avultando-se a pesca industrial.

Ainda que constitua uma atividade com escassos investimentos, verifica-se enorme diversidade de instrumentos, de técnicas e de conhecimentos no fazer pesqueiro, aspecto que viabiliza a autonomia do pescador no meio aquático, possibilitando a criação dos chamados territórios de pesca.

No que se refere aos pescadores de Ferreira Gomes e de Porto Grande, averigua-se uma abundância de conhecimentos no desenvolvimento da pesca, os quais abrangem os instrumentos de trabalho — denominados apetrechos ou artes de pesca —, as técnicas de jogar e de puxar o pescado e o saber observar o ambiente pesqueiro.

Entre os utensílios de trabalho utilizados no Médio Araguaí, pelos pescadores dos municípios em relevo, observa-se os usos de petrechos mais tradicionais, como zagaia, arpão e linha de mão, e mais modernos, como redes de diversas metragens.

Os materiais usados podem ser confeccionados pelos próprios pescadores ou adquiridos nos comércios locais (Marinho, 2018). No processo de confecção, destacam-se a presteza e o correto manuseio dos pescadores na produção de instrumentos de trabalho, os quais são apontados como fontes de ganha-pão e, por conseguinte, de sustento do grupo familiar.

Todavia, ter somente os apetrechos de pesca não significa garantia de sustento, pois é necessário saber utilizá-los: é imperativo identificar os pontos mais propícios ao emprego destes no rio/lago artificial, bem como saber a hora exata de jogar a zagaia ou, ainda, de puxar a linha de mão. A construção destes conhecimentos não ocorre da noite para o dia, sendo resultado de um longo processo, decorrente da prática cotidiana; do dia após dia nas proas das canoas.

Nas falas dos pescadores estudados, são comuns relatos de primeiras experiências na pesca, geralmente acompanhadas de perto por pais ou por irmãos mais velhos, como se fosse uma iniciação na atividade, em que o observar e o saber decifrar os movimentos

minuciosos dos peixes no rio exigem dedicação e prontidão, não constituindo uma atividade realizada ao acaso, mas permeada dos conhecimentos daqueles que realizam o trabalho.

Em seu contexto geral, tais conhecimentos abrangem os ciclos da lua, os movimentos de subida e de descida das marés, os trechos de rio destituídos de correnteza ou aqueles locais pouco pedregosos e sem material de fundo, que danifique os petrechos, como ramadas ou trocos de árvores, por exemplo. Além disso, os(as) trabalhadores(as) devem saber onde navegar nos rios e nos igarapés, tendo o cuidado de não deixar o barco ou canoa encalhar em leitos secos.

Em outras palavras, ser pescador(a) é saber identificar os implementos mais indicados à captura de pescados, de acordo com os pesqueiros, bem como ter ciência do período, em que a maré e as fases da lua favorecem as pescarias. Conforme as informações obtidas com os(as) trabalhadores(as) estudados(as), tal se aprende no dia a dia, na prática cotidiana de trabalho.

O afazer habitual, a partir dos estudos de Cardoso (2019), refere-se a uma construção social, que, como evidenciado no Médio Araguari, ocorre desde cedo, a partir da inserção de crianças nas pescarias, as quais acompanham constantemente os(as) mais experientes, geralmente de seus grupos familiares, até o momento em que conseguem formar seus próprios conhecimentos, ganhando autonomia para a realização da atividade.

É importante frisar que os(as) pescadores(as) aqui enfocados(as) possuem, em sua maioria, décadas de trabalho, logo, em suas pescarias, o rio constitui uma extensão de suas moradias, representando um lugar de lazer, de trabalho e de encontro com familiares e com conhecidos(as). Soma-se a isto o fato de que, não raramente, estes(as) trabalhadores(as) habitam próximos ao rio, deixando em suas margens canoas, barcos ou outros meios de transporte, que utilizam para se locomover, tanto na busca pelo pescado quanto no lazer, conforme indicado na Figura 2.

Ressalta-se que o saber de alguns destes(as) pescadores(as) se estende à confecção de canoas, de barcos e de batelões, utilizados nas locomoções em meio aquático, característica compartilhada por pescadores(as) de outras localidades da região amazônica, tal como ressaltado por Silva *et al.* (2016), que destacam que a disponibilidade de recursos florestais viabiliza a produção e o uso destas embarcações na Amazônia paraense.

Através das embarcações empregues nas pescarias no Médio Araguari, observa-se saberes que vão além de conhecimentos, quanto à localização de pesqueiros, isto é, dependendo do trecho do rio em que a pesca se realiza, é necessário o uso de embarcações diversas, incluindo canoas a remo, de menor porte, as quais comumente possuem fundo

raso, que possibilita o acesso a lugares impossíveis de adentrar com batelões e com barcos com motor de convés ou de popa, como demonstra a Figura 3.

Figura 2 – Trecho da orla da sede municipal de Porto Grande, com canoas utilizadas na pesca



Fonte: pesquisa de campo (2022).

No Médio Araguari, embarcações movidas por propulsores de popa são amplamente utilizadas por pescadores(as) e por moradores(as) da região, posto que permitem deslocamentos ágeis para lugares mais distantes, além de possibilitar a diminuição de despesas, sobretudo no que concerne a gastos com combustível, menores em comparação aos barcos com motor de convés ou batelões, por exemplo (Marinho, 2018).

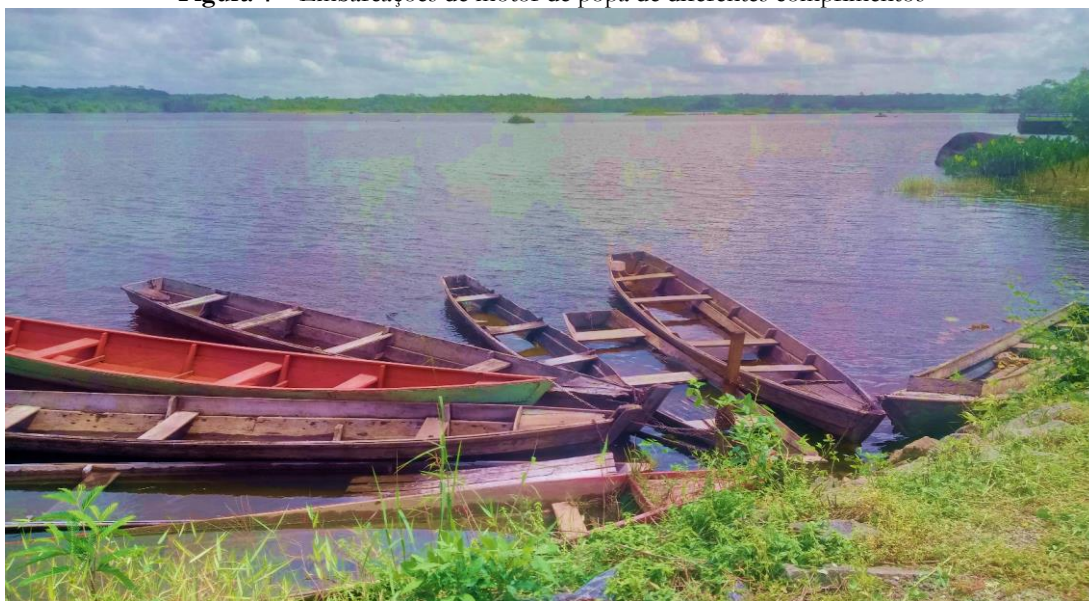
Figura 3 – Embarcação movida por motor de popa em lago do Araguari, com suprimentos e com apetrechos de pesca



Fonte: pesquisa de campo (2019).

Outra vantagem citada pelos(as) pescadores(as), quanto ao uso de pequenas embarcações, refere-se à facilidade de guardá-las na orla ou, ainda, nos portos próximos a suas residências. Além disso, ao chegarem das pescarias, os(as) pescadores(as) retiram os motores, levando-os consigo para casa, deixando apenas a embarcação atracada, tal como especificado na Figura 4.

Figura 4 – Embarcações de motor de popa de diferentes comprimentos



Fonte: pesquisa de campo (2022).

Todavia, importa destacar que, se, por um lado, essas embarcações facilitam deslocamentos e reduzem despesas, por outro, diminuem o número de sujeitos em pescarias, além de impulsionar o(a) pescador(a) a buscar abrigo nas margens do rio, para a realização de necessidades mais elementares, ou, mesmo, durante momentos de mau tempo (Marinho, 2018).

Na pesca artesanal, portanto, os conhecimentos dos(as) pescadores(as), aliados aos apetrechos e às embarcações, são essenciais ao desenvolvimento e ao sucesso na prática pesqueira, possibilitando capturas mais regulares, mesmo com o elevado nível de imprevisibilidade existente nas pescarias. Contudo, quando o ambiente aquático passa por transformações naturais ou antropogênicas, as pescas e os conhecimentos dos(as) pescadores(as) também apresentam flutuações, o que não raramente incide de modo negativo sobre o desenvolvimento da atividade.

Desse modo, os empreendimentos instalados no Médio Araguari, notadamente em Ferreira Gomes e em Porto Grande, são apontados, pelos(as) pescadores(as) locais, como geradores de implicações diversas sobre a pesca e sobre suas territorialidades, situação que

se reflete em disputas implícitas e explícitas por territórios entre trabalhadores(as) locais ou entre pescadores(as) e outros(as) agentes, que utilizam o rio para fins diversos.

A partir destas considerações, dar-se-á ênfase às territorialidades salientadas por alguns dos sujeitos que utilizam o rio, principalmente os(as) habitantes dos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande.

Territorialidades no Médio Araguari: pescadores(as), pescadores(as)-ribeirinhos(as) e hidroelétricas

No desenvolvimento da atividade pesqueira, diversos sujeitos participam de sua organização social, sobretudo por englobar diferentes modalidades produtivas, que visam, em maior ou menor intensidade, a extração de peixes. No que concerne especificamente à pesca artesanal, observa-se um conjunto de características que difere das formas produtivas mais predatórias, tal como a pesca industrial, a qual apresenta um suporte técnico mais sofisticado, mirando fundamentalmente a geração de grandes lucros.

Nesse sentido, a pesca artesanal se distingue da industrial, tanto em relação à quase ausência de instrumentos tecnológicos sofisticados, utilizando-se de materiais mais simples, quanto no que concerne aos produtos pesqueiros, pois, naquela modalidade, o pescador visa principalmente os meios necessários ao seu sustento mais imediato, enquanto, nesta, busca-se quantidades elevadas de pescados, objetivando sua comercialização em grande escala e atendendo a mercados consumidores mais exigentes e abrangentes.

Dada esta distinção inicial entre as pescas artesanal e industrial, dá-se ênfase à primeira, visto que constitui a modalidade de trabalho, a partir da qual os(as) pescadores(as) do Médio Araguari constroem suas territorialidades, oriundas de processos de territorialização. Assim, o procedimento de reprodução social, a territorialização é um aspecto “[...] intrínseco dos seres humanos, pois estes necessitam de espaços próprios para realizarem suas atividades e para delas sobreviverem. O reflexo dessas territorialidades materializa-se no espaço humanizado; percebido e pensado pelo homem” (Silva, 2019, p. 325), atributos evidenciados nas territorialidades concebidas pelos(as) pescadores(as) artesanais dos municípios em investigação.

A representação destas territorialidades no Médio Araguari decorre, entre outras características, da identificação e da delimitação de espaços pesqueiros, pois, em consonância com pesquisas já desenvolvidas pelo autor e pela autora deste artigo e com trabalhos de outros(as) estudiosos(as), que se dedicam a examinar a questão, as pescarias não ocorrem de modo aleatório, mas em trechos particulares do rio (Begossi, 2004; Furtado, 2002; Silva, 2006), os quais podem ser alvos de disputas entre os próprios sujeitos

participantes da atividade e entre pescadores(as) e outros agentes, que realizam tarefas diversas no meio aquático.

Na Amazônia amapaense, entre as territorialidades existentes no Médio Araguari, destacam-se as construídas pelos(as) pescadores(as) artesanais de Ferreira Gomes e de Porto Grande. Nesses municípios, verificou-se a ocorrência de territórios pesqueiros fundamentais à reprodução social dos(as) trabalhadores(as) locais, havendo territórios de pesca individuais ou pertencentes a um mesmo grupo familiar e territórios que podem ser entendidos como coletivos, por pertencer a um grupo maior de pescadores, muitas vezes sem qualquer parentesco entre si.

Assim, os territórios individuais são menos representativos, quando comparados aos coletivos; por outro lado, os primeiros têm maior incidência entre pescadores(as) ribeirinhos(as), habitantes próximos das margens de rios, de igarapés e de lagos artificiais, os quais conseguem manter o poder sobre seus territórios com certo grau de eficácia.

Por sua vez, os territórios coletivos são encontrados em trechos diversos do rio/em lagos artificiais, principalmente em espaços de ausência de pescadores(as) ribeirinhos(as), isto é, em que se verifica a falta de moradias marginais, aspecto apontado como empecilho à realização de pescas em trechos distintos, sob o argumento de que muitos(as) destes(as) moradores(as) também são pescadores(as) e não veem a realização da atividade nas proximidades de suas residências com bons olhos.

Nesse contexto, os(as) próprios(as) pescadores(as) estabelecem limites ao estabelecimento da atividade, procurando não se aproximar tanto de áreas circunvizinhas a seus locais de moradia e, por conseguinte, de regiões de trabalho de pescadores(as) ribeirinhos(as), mantendo o respeito e evitando confusões, simultaneamente.

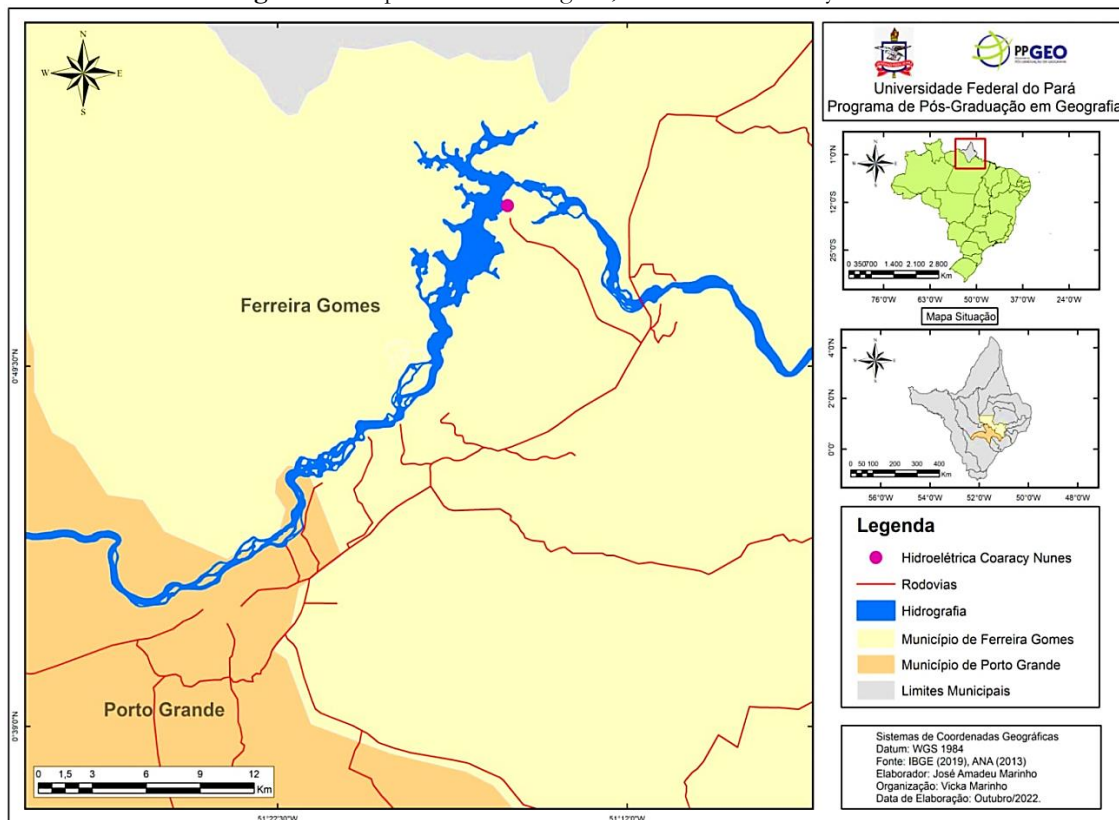
Todavia, a partir de 2011, pescadores(as) das cidades de Ferreira Gomes e de Porto Grande, ou próximos às margens do Araguari Médio e dos seus igarapés e do lago artificial da usina Coaracy Nunes, viram suas territorialidades passarem por significativas alterações, com a implantação das hidroelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, cujos inícios de obras remetem a 2011 e a 2013, respectivamente.

A construção destas hidroelétricas, especialmente as últimas, representou uma das formas de uso de maior poder de predação sobre os recursos pesqueiros locais, uma vez que tais obras constituem formas produtivas, que intervêm diretamente na dinâmica natural do rio e, por conseguinte, nas territorialidades dos(as) pescadores(as) artesanais da região, representando um dos principais problemas para a realização da pesca na atualidade.

A acomodação de grandes objetos geográficos no leito do rio age na configuração das características naturais do ambiente e interfere francamente nos modos de vida ali

existentes, tanto em termos de fauna e de flora quanto na reprodução de grupos sociais locais e de áreas adjacentes. No mapa da Figura 5, pode-se observar o Médio Araguari, antes das usinas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão.

Figura 5 – Mapa do Médio Araguari, com a usina Coaracy Nunes

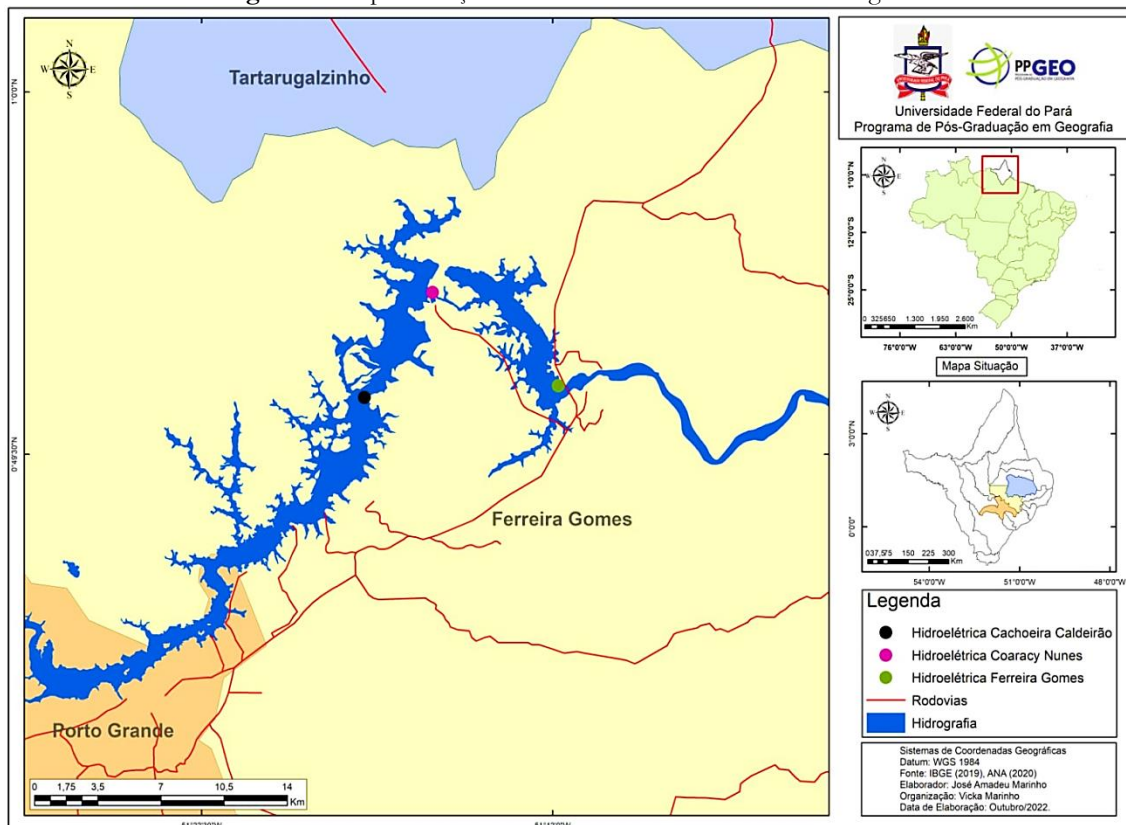


Fonte: Marinho (2023).

No mapa, destaca-se um trecho específico do rio Araguari (sua parte média), no qual se observa apenas a hidroelétrica Coaracy Nunes. Até cerca de 2010, tal empreendimento era o único existente neste trecho do Araguari, contudo, nos anos seguintes, dá-se a construção das usinas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, as quais modificaram ainda mais o ambiente e reconfiguraram o leito do rio, tornando-o mais cheio, trazendo transformações à pesca e aos territórios pesqueiros.

Por outro lado, no mapa da Figura 6, evidencia-se mais explicitamente o processo de alargamento do Médio Araguari na atualidade. Observa-se que os lagos artificiais de Ferreira Gomes e de Cachoeira Caldeirão adentraram em áreas que, anteriormente, eram de terra firme, bem como “afogaram” igarapés e outros espaços, propícios à realização da atividade em tela.

Figura 6 – Espacialização das usinas em estudo no Médio Araguari



Fonte: Marinho (2023).

Desse modo, os grandes objetos geográficos atuaram — e continuam atuando — diretamente na conformação territorial dos(as) pescadores(as), devido às modificações que produziram no leito do rio, bem como na organização socioeconômica e nas culturas das populações locais.

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivesse direito ao reconhecimento de sua humanidade (Martins, 1991, p. 16)

Tal situação não é exclusiva do Médio Araguari, ocorrendo em inúmeros outros rios, de norte a sul do país (Castro; Barros, 2015; Dos Santos; Da Cunha; Cunha, 2017; Magalhães; Silva; Vidal, 2016; Marinho, 2018; 2020; 2023; Melo, 2019; Morales, 2018), nos quais é possível identificar, de modo geral, dificuldades socioeconômicas, ambientais e culturais enfrentadas por grupos sociais diversos, a partir da feitura de obras de engenharia em seus leitos, bem como alterações nos desenvolvimentos da pesca e das territorialidades de pescadores(as) artesanais.

A Figura 7 traz uma representação simplificada de um trecho do Médio Araguari, transformado em lago artificial. Conforme Marinho (2018, 2023), algumas das áreas

salientadas eram propícias à prática da pesca e representavam importantes territórios pesqueiros, em momento anterior ao da constituição dos empreendimentos hidroelétricos em realce, os quais, no momento atual, não possuem mais a relevância de outrora.

Figura 7 – Trecho do lago artificial do Médio Araguaí, com árvores em processo de decomposição



Fonte: pesquisa de campo (2019).

De um lado, a implantação de empreendimentos hidroelétricos reduz a piscosidade, em função da destruição ou da transformação das condições naturais do rio, tal como pode ser visto na figura anterior; de outro, limita o acesso de pescadores(as) a territórios de pesca tradicionalmente utilizados, reduzindo pontos de extração, de reprodução e de disponibilidade de estoques pesqueiros.

Nesse contexto, os(as) pescadores(as) artesanais do Médio Araguaí se veem mais e mais envolvidos em disputas territoriais com agentes diversos, lutando contra processos de explorações, que tendem a precarizar ainda mais a reprodução social destes indivíduos (Marinho, 2019, 2023).

Assim, pode-se afirmar que tais questões incidiram diretamente sobre as territorialidades presentes no Médio Araguaí, pois as hidroelétricas, ao serem instaladas em locais de práticas pesqueiras, ocasionaram a perda de importantes trechos de desenvolvimento da atividade no rio, trazendo incertezas a muitos pescadores(as), quanto a sua continuidade, em função da baixa produtividade, advinda da diminuição de recursos pesqueiros.

Considerações Finais

A partir da importância do desenvolvimento da pesca artesanal para os(as) pescadores(as) da Amazônia, especialmente para os(as) da Amazônia amapaense, procurou-se ressaltar, nesse trabalho, que tal atividade não ocorre de modo aleatório no ambiente aquático, mas se pauta em conhecimentos e em saberes tradicionais, muitos dos quais vêm se perpetuando, desde o período pré-colonial — aspecto que merece ser valorizado, pois compõe um modo de vida construído por séculos na região.

Para estes sujeitos, isto é, para os(as) pescadores(as) de Ferreira Gomes e de Porto Grande, os conhecimentos que detêm sobre as pescarias, sobre o ser pescador(a), são indissociáveis de seus entendimentos como seres humanos. Soma-se a isto a relação que constroem com a natureza, representada, para os(as) pescadores(as) estudados(as), pelo rio, cujos significado e relevância vão muito além daqueles utilizados em discursos de geração de eletricidade, a partir da implantação das hidroelétricas no Médio Araguari, constituindo fonte de renda e de lazer e os(as) definindo como pescadores(as) ou, ainda, como pescador(as) ribeirinhos(as).

Ademais, o Médio Araguari constitui lócus de territorialidades pesqueiras individuais e coletivas. Em ambas as situações, ressalta-se que os conhecimentos e os saberes destes(as) pescadores(as) são intrínsecos a territorialidades do passado, do presente e do futuro — esse, repleto de incertezas.

Desse modo, a instalação de empreendimentos hidroelétricos, além de promover incontáveis alterações negativas no ambiente aquático, dificulta a continuidade da reprodução dos conhecimentos tradicionais dos(as) pescadores(as) e, por conseguinte, da própria pesca artesanal nos rios amazônicos, tal como vem ocorrendo no Médio Araguari, no Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

BATISTA, V.; ISAAC, V.; VIANA, J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros na Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p. 63-151.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. *et al.* (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARDOSO, E. S. Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira. In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). **Geografia e pesca artesanal brasileira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais**: natureza, território e movimentos sociais. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CASTRO, V. B.; BARROS, F. B. Depois da barragem tudo mudou: o drama da pesca e dos pescadores artesanais do médio rio Tocantins. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 3, n. 5, p. 117-140, jan./jun. 2015.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. 451 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DOS SANTOS, E. S.; DA CUNHA, A. C.; CUNHA, H. F. A. Usina hidrelétrica na Amazônia e impactos socioeconômicos sobre os pescadores do município de Ferreira Gomes-Amapá. **Rev. Ambiente e Sociedade**, v. 20, n. 4, p. 197-214, 2017.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 79, p. 1-50, abr. 1981. (Nova Série Antropologia).

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: MPEG, 1993.

FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002. (Série Antropologia).

LIMA, L. M. **Território em transformação**: conflitos na pesca artesanal – Araguari, Porto Grande, Amapá, Amazônia. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 37, p. 111-134, 2016.

MARINHO, V. N. M. **Territórios pesqueiros no médio Araguari**: mudanças e permanências frente aos empreendimentos hidroelétricos na Amazônia amapaense. 2023. Doutorado (Doutorado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MARINHO, V. N. M. Territórios em disputa: pescadores *versus* hidrelétricas no rio Araguari – AP. In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). **Geografia e pesca artesanal brasileira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

MARINHO, V. N. M. **Impactos de hidroelétricas na atividade pesqueira**: estudo de caso a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá-Brasil.

2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MARINHO, V. N. M.; SILVA, C. N.; LIMA, L. M.; ROSA, A. M.; LIMA, R.; ÂNGELO, P.; FERREIRA, G. C.; CAETANO, V. N. S. Hidroelétricas na Amazônia brasileira: considerações sobre os impactos na pesca artesanal nos rios Xingu (Pará) e Araguari (Amapá). **Vivência - Revista de Antropologia**, v. 1, n. 53, p. 35-47, 2020.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORALES, U. S. **Caracterização da pesca e produção pesqueira no médio Araguari, Ferreira Gomes, Amapá, Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: EDINA, C.; MOURA, E. F.; MAIA, M. L. S. (Org.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Ed. UFPA, 1995. p. 13-22.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital**. 2006. 390 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

SILVA, C. N. Territorialidades da pesca brasileira: organização, pescadores e apetrechos na definição espacial. In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). **Geografia e pesca artesanal brasileira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

SILVA, C. N. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2007. (Série Ciências Humanas)

SILVA, C. N. **Territorialidade e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, C. N. *et al.* Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 19, n. 1, p. 193-214, jan./abr. 2016.

VERÍSSIMO, J. **A Pesca na Amazônia**. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica; Série José Veríssimo).

Como citar:

ABNT

MARINHO, V. N. M.; SILVA, C. N.; ROSA, A. M. Conhecimentos tradicionais e territorialidades dos pescadores artesanais no contexto dos empreendimentos hidroelétricos na fronteira da Amazônia amapaense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e23125, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e23125>>. Acesso em: 18 dez. 2024.

APA

Marinho, V. N. M., Silva, C. N., & Rosa, A. M. Conhecimentos tradicionais e territorialidades dos pescadores artesanais no contexto dos empreendimentos hidroelétricos na fronteira da Amazônia amapaense. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e23125, 2024. Recuperado em 18 dezembro, 2024, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e23125>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2024, Universidade Federal do Maranhão.

